

Diário da Assembléia

Nº 2.521

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLD BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDI SILVEIRO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAÐ NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.

1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abraão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvio Barros

Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira

Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)

ARENA: Abraão Miguel — Seme Scaff — Agnaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Silvio Barros

Secretário: José do Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abraão Miguel (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Jorge Sato — Fuað Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Agnaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Eley Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Agnaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sexta-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuað Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Sá

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Fuað Nacli

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordel de Bastros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Agnaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abraão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abraão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Agnaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregoneze

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 138.ª Sessão Ordinária Realizada em 17 de Setembro de 1970 (Quinta-Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Seme Scaff e Roberto Wypych.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomel, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazz, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Flávio Braga Cortes, Fuad Nacil, Igo Lossó, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Bufiara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (38).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 117-70.
- de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 166-70.
- de autoria do sr. deputado Haroldo Bianchi, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 189-70.
- de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 179-70.
- de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 117-70.

Requerimento

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, um voto de congratulações ao ten. cel. Luiz Barboza Wolf, pela sua investitura no cargo de presidente do GETSOP (Grupo Executivo para Terra do Sudoeste) Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1970.

(a) Túlio Vargas

Requerimento

Sr. Presidente:

Requiro à Mesa, na forma regimental, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao povo paranaense, pelo sr. LEOPOLDO RICHTER, exadido consular da República Federal da Alemanha em nosso Estado, que após um eficiente e zeloso trabalho acaba de aposentar-se merecidamente de suas funções, depois de ter servido ao seu País e muito auxiliado o nosso Estado.

Nascido em Munich, Alemanha, em 05 de junho de 1.905 e casado com D. Margarete, sua digna esposa; chegou em nosso país no ano de 1.929 e passou a servir o Consulado Alemão em 1.937. Toda a sua atividade vem sempre marcada por um ingente esforço no sentido das melhores relações entre os povos brasileiros e germânicos.

Sendo ainda pessoa de grande sensibilidade, ocupou desde 1.054, no Consulado Geral do país amigo as funções de Adido Comercial, Cultural, Relações Públicas, Colonização e Ajuda para o Desenvolvimento. Muito se poderia dizer de seu trabalho, que muito beneficiou o Brasil; no entanto, queremos apenas salientar o seu grande e proveitoso interesse na obra comunitária de nosso Paraná, dentre as quais alinhavamos os grandes auxílios recebidos pelas entidades: Hospital Evangélico, Escola de Enfermagem e Faculdade Evangélica de Medicina, Casa do Estudante Evangélico, Colégio Martinus, Santa Casa, Escola de Enfermagem N. Sra. das Graças, Escola de Enfermagem Madre Leonie, Assistência Popular Educativa do Litoral em Paranaguá, Instituto Nossa Senhora da Glória de Francisco Beltrão, Colégio Mãe de Deus de Londrina; Ginásio Kliewer em Witmarsum, Casa do Estudante de Marechal Cândido Rondon, além de uma infinidade de outros projetos de grande envergadura nos setores de saúde e educação, principalmente.

Assim, muito deve o Paraná, a conduta digna e interessada no bem comum, que nos foi revelada pelo homenageado. Agora, que se afasta oficialmente de seu trabalho, justo é que haja por parte do povo paranaense e brasileiro um público reconhecimento ao ilustre homem público.

Requiro, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao homenageado e ao Consulado Geral da Alemanha no Paraná, bem como aos periódicos Brasil — Post e Deutsche Nachrichten, editados em São Paulo.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.970.

(a) IGO LOSSO

Requerimento

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações ao jornal "Lud" (O Povo), o maior jornal polonês da América Latina, fundado em 1.920, e que no dia 7 de outubro próximo, circulará com uma edição especial comemorativa a meio século de existência.

JUSTIFICATIVA: O semanário "LUD" (O Povo), que se edita em Curitiba, sob a direção do padre Domingos Wisniewski é o mais tradicional órgão de imprensa da colônia polonesa, no Paraná, com circulação, também, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É um jornal que, não obstante ser dirigido especialmente à etnia polonesa, focaliza, com destaque, a atuação do presidente Emílio Médici e do governador Paulo Pimentel. É um jornal, acima de tudo, que representa um elo entre a comunidade polonesa e brasileira estreitando, cada vez mais, a amizade entre essas duas grandes povos.

Aprovado o requerimento acima, solicitamos que se dê ciência à direção do jornal "LUD", à Alameda Cabral, 846, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.970.

(a) Roberto Wypych

Requerimento

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, seja oficiado o Presidente da CABENFALE, solicitando as informações seguintes:

1) — Qual a razão da diferença de tratamento entre os Deputados da Arena e o Deputado do M.D.B., que este subscreve, no que diz respeito à cobrança de títulos devidos à Cabenfafe, de vez que os títulos dos Deputados Arenistas quando enviados a Cartório, o procedimento da cobrança é normal e a notificação é feita no domicílio, e no caso em pauta, a notificação fora feita por Edital Público numa tentativa evidente de comprometer o emitente do título.

2) — Quem determinou este procedimento, qual o responsável ou responsáveis diretos pela publicação do edital público.

3) — Tendo em vista que o Deputado tem domicílio e residência nesta Capital, tal atitude constitui-se num flagrante desrespeito às normas vigentes.

4) — Tendo em vista que a Cabenfafe sempre foi subvencionada pela Assembleia e que sua direção se constitui de funcionários da Casa, não se pode admitir a alegação de ignorância relativa ao endereço do Deputado emitente de título, assim, requer ainda à Mesa, quais as medidas a serem tomadas para sanar a falta cometida pela Direção da CABENFALE no intento de cobrar a Nota Promissória.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.970.

(a) Silvio Barros

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei n. 242-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar, no Serviço de Telecomunicações da Polícia Militar do Estado, 5 (cinco) funções de Oficiais de Comunicações, a serem exercidas, respectivamente:

- 1 (uma) de Tenente Coronel;
- 1 (uma) de Major;
- 1 (uma) de Capitão;
- 1 (uma) de 1.º Tenente, e
- 1 (uma) de 2.º Tenente.

Parágrafo único. — Fica extinto o Quadro de Oficiais Especialistas de Imprensa e Relações Públicas.

Art. 2.º — As funções de que trata o artigo 1.º serão exercidas por Oficiais integrantes do extinto Quadro de Imprensa e Relações Públicas e Oficiais Especialistas em Eletricidade do extinto Quadro de Oficiais Especialistas Eletricistas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.970.

(a) HAROLDO BIANCHI

JUSTIFICACAO:

Com o advento das comunicações, a Polícia Militar do Estado vem ampliando seus serviços dentro do território estadual, para atendimento tanto aos problemas de segurança pública como administrativo.

O aproveitamento dos Oficiais de Imprensa e Relações Públicas e Eletricistas, no Serviço de Telecomunicações, justifica-se por serem especialidades correlatas.

Por outro lado, a pretendida alteração do Q.O.D.P., não implica em alteração do efetivo previsto pela Lei 5797, de 24-6-68, nem em aumento de despesa, já que não cria cargos.

Projeto de Lei n. 243-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CONSELHO DE SANTA MARIANA, sociedade civil com foro e sede no Município de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.970.

(a) ARTHUR DE SOUZA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública tem seu estatuto devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas e propõe-se a resolver sérios problemas que estão a afligir a comunidade marianense, já que a miséria, o analfabetismo e a subnutrição grassam sobre a população do rocio daquela cidade do setentrão paranaense.

O objetivo já alcançado foi agrupar cem (100) famílias pobres para lhes propiciar educação, orientação e assistência sempre que possível.

Somente estas razões, senhores Deputados, justificam a apresentação deste plano de lei, o qual submetemos à consideração de vossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

Projeto de Lei n. 244-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do município de Adrianópolis, uma Escola Normal, de grau colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.970.

(a) JOAO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

Dada a localização da sede do município de Adrianópolis, longe de outros centros de instrução pública, necessário se torna a criação do estabelecimento de ensino preconizado pelo presente plano de lei.

Verifica-se em toda aquela comuna a existência de ponderável população estudantil sedenta de prosseguir nos estudos, procurando mesmo instrução mais graduada daquela que o curso ginasial pode oferecer.

Além do mais, somente a economia que as famílias ali residentes farão com a criação de tal escola justifica, plenamente, a apresentação deste projeto, o qual submetemos à apreciação de nossos Ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável acatamento.

Projeto de Lei n. 245-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão, no montante estipulado em Lei, a Miguel Florcorc Filho, brasileiro, casado, ex-expedienteário, residente à rua Prof. Francisco Zardo n. 21, em Santa Felicidade, atualmente atravessando situação financeira das mais difíceis.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1970.

(a) OLIVIO BELICH

JUSTIFICATIVA:

Constitui obrigação dos governos amparar ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira que se encontram em situações difíceis, como o caso do nominado que se pretende seja beneficiado com o presente plano de lei, um cidadão casado, portador de neurose de guerra que o impossibilita, face às reações naturais de um comportamento doente, de conseguir colocação que lhe assegure permanente meio de sobrevivência. Mais aconselhável, mais justo e mais humano, seria o Governo aproveitar o referido em função conjuntiva, porém, na impossibilidade, mister se faz a concessão do benefício pleiteado, como testemunho, ao menos, do reconhecimento a quem sacrificou a integridade física em defesa de nossa Pátria. Pela justificativa, confia o autor no apoio-não dos nobres pares à presente iniciativa, sua aprovação e consequente sanção.

Projeto de Lei n. 246-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um ginásio estadual em Esacão de Palotina, Distrito de Santo Antônio da Platina, para funcionar no ano seguinte ao de sanção do presente projeto de lei.

Art. 2.º — O presente projeto, transformado em lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º — As despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1970.

(a) OLIVIO BELICH

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio estadual que se pretende criar irá beneficiar mais de oitenta alunos que, ativamente, são obrigados a um percurso superior a 11 (onze) quilômetros até o estabelecimento de ensino mais próximo, não tendo a maioria condições financeiras para servir-se de condução. Representando obrigação e empunho do Governo estadual a instalação de escolas e ginásios onde existem crianças em idade escolar, nada mais oportuno do que o atendimento à necessidade justa de inúmeros pais residentes em Estação Platina, motivo por que pedimos apoio-não à presente iniciativa, esperando vê-la aprovada e, afinal, sancionada, transformando-se em Lei Estadual.

Projeto de Lei n. 247-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Ficam criados, nos Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos, os Conselhos Municipais de Turismo, cujas atribuições e competência se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1970.

(a) TOLIO VARGAS

JUSTIFICAÇÃO:

A medida ora proposta se impõe pela simples realidade dos fatos quotidianos. Ao ser criada a "PARANATUR", órgão esse que reputamos de grande importância para a vida administrativa do nosso Estado, foram-lhe conferidas grandes atribuições e não menores responsabilidades a se desenvolverem em um vasto território, sede das mais altas expressões, dos mais vigorosos objetivos turísticos do nosso país, mais onde tudo ainda está em fase incipiente.

Na verdade, tal situação não pode e não deve perdurar, pois a sua vigência "interfere" de maneira corrosiva nas reais e indiscutíveis possibilidades sociais, culturais e econômicas do turismo paranaense.

Para saná-las, tendo a preocupação de não criar novos ônus ao erário público paranaense, nos parece acertado que se procure a colaboração das autoridades municipais, das pessoas evidentemente credenciadas e interessadas no desenvolvimento do turismo na região em que residem, naturalmente dotada de atrativo turístico de remota data, de efetivo significado.

Nos municípios em que forem instituídos, os Conselhos Municipais de Turismo prestarão ainda a sua decisiva colaboração no amparo, assistência e divulgação de todas as possibilidades turísticas locais no planejamento e coordenação dos movimentos turísticos regionais, na observação e organização estatística de todas as realizações e resultados correlatos. Será também de sua competência a organização de festividades, exaltar e desenvolver todas as manifestações folclóricas do município, a visitação às relíquias, histórias, aos recantos naturais paisagísticos, e, dentro das suas possibilidades e recursos, a conservação e o zelo dos atrativos turísticos, sem contudo ferir a sua originalidade e expressão primitiva. Paralelamente protegerão os turistas de eventuais abusos ou explorações.

Essas as razões que nos levaram à apresentação deste projeto, para o qual esperamos contar com o apoio e a aprovação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Em data do 2 de julho de 1970 foi sancionada, pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, a Lei n. 6.120, uma Lei que estabelecia para os ocupantes da série de classes fiscais fazendeiros e agentes fazendeiros, sistema de retribuição por prêmio de produtividade e outras providências.

Sr. Presidente, uma Lei que deveria ter vindo do Chefe do Executivo, não veio, porque era da sua competência, mas esta Casa, através de um dos srs. Deputados achou por bem apresentá-la e, aprovada que foi, levada à sanção, foi sancionada pelo sr. Governador do Estado.

Sr. Presidente, esta Lei teve a sua regulamentação, através do Decreto n. 20.727 em que diz, no seu artigo 2.º: que os prêmios de produtividade terão sua base fixada segundo a produção de quotas, de número mínimo de prêmio de produtividade serão observadas as condições da tabela de serviços, constantes dos anexos 1 e 2, e que fazem parte integrante dessa Instrução e, no 3.º item serão atribuídas sempre em face do boletim diário, ou relatório individual de produção do funcionário, devidamente reconhecido pela autoridade fiscal imediatamente superior. Foi uma das Leis que fizeram jus aos agentes fiscais e tivemos oportunidade de dizer isto quando da sua aprovação; fizemos jus aos agentes fiscais e aos fiscais fazendeiros, porque realmente eles não podiam produzir e trabalhar da maneira como vinham trabalhando, sem uma remuneração condigna. Entretanto, sr. Presidente, nós verificamos aqui pela Lei, pelo Decreto e pela Instrução, pelo que pudemos interpretar e entender e pela própria tabela que, também devem receber um prêmio, uma quota-prêmio, aqueles que fazem parte da equipe, os funcionários subalternos que fazem parte da equipe do fiscal fazendeiro, ou agente fazendeiro. A própria tabela diz o seguinte: Chefes, auxiliares, aquele que recebe o exercício de papéis, orientação e coordenação do controle sobre o pessoal de contabilidade, assuntos gerais de administração. Então, todos eles recebem uma quota de contribuição, porque eles também auxiliam e auxiliam eficientemente o agente e o fiscal fazendeiro, para que ele possa render ou produzir como deve render e deve produzir.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, de acordo com o Regimento Interno, requer a V. Exa., seja enviado ofício ao exmo. sr. secretário da Fazenda, dr. Rubens Baitão Leite, nos seguintes termos:

"Considerando os termos da aprovação da Lei n. 6.120, de 2 de julho de 1970, em que foi estabelecido para os ocupantes das séries de classes de Fiscais Fazendeiros e Agentes Fazendeiros, sistema de retribuição por prêmio de produtividade,

Considerando a Instrução n. 220-70, de 25 de agosto de 1970, em que o item III determina que "os pontos serão atribuídos sempre em face do boletim diário ou relatório individual de produção do funcionário devidamente reconhecido pela autoridade fiscal superior".

Solicita ao

Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda que determine que seja incluído no pagamento os prêmios de produção devidos aos funcionários conforme o estabelecido na Tabela a que se refere o art. 4.º, do Decreto n. 20.727, de 31 de julho de 1970 e item II da Instrução Secretarial n. 220-70, da Secretaria da Fazenda".

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1970.

(a) OLAVO FERREIRA

Infelizmente, sr. Presidente, nem parece que estes funcionários subalternos ou auxiliares, vamos assim dizer, não estão fazendo jus a estas quotas-prêmios que nos acreditamos que fazem jus a estes prêmios. E, na oportunidade, fizemos uma solicitação ao sr. Secretário da Fazenda, para que ele fizesse uma revisão, determinasse aos órgãos competentes da sua administração, a fim de que também os auxiliares e os agentes fossem beneficiados com esta quota.

Porisso, sr. Presidente, estou enviando ao sr. Secretário da Fazenda, em termos respeitosos, o seguinte requerimento: (Lê)

Sr. Presidente, outro assunto que nos traz à tribuna é o que diz respeito ao aumento do funcionalismo. Ontem tivemos o cuidado de ler as notas taquigráficas para verificar se o apelo que fizemos ao sr. Governador a respeito do atraso do pagamento das zeladoras, das estagiárias, das suplementaristas, que ainda não recebem este no, e também sobre o aumento ao funcionalismo, para verificar se o apelo que fizemos a V. Exa. o sr. Governador tinha sido respeitado.

Em termos respeitosos, é de nossa formação, é de nossa criação, acreditado que seja de bôco, isto é muito importante para nós. Sr. Presidente, parece que no equívoco lamentável sofremos, ontem, agressão, agressão à nossa pessoa que desculpamos perfeitamente, não guardamos absolutamente rancor daquele que nos agrediu.

Mas hoje ficamos satisfeitos porque ontem, na TV, no Canal 4, diziam que falamos de "disque-disque" e hoje deparamos com uma nota oficial, do Presidente da Associação dos Funcionários Públicos, que vou passar a ler no jornal de hoje, "Diário do Paraná", que vem provar que a nota que lemos ontem era verdadeira.

Ainda continuamos a não conhecer o presidente Odir Gomes da Rocha. (Lê): "O presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, sr. Odir Gomes da Rocha, confirmou ontem a informação de que o deputado Erondy Silvério, líder do Governo na Assembleia Legislativa, lhe garantiu o envio da Mensagem de aumento de vencimentos do funcionalismo estadual aquela Casa no início desta semana, lamentando que tal promessa não tivesse sido cumprida".

Para o Líder do funcionalismo público estadual, em que pesa a frustração de toda a classe, "há ainda esperança de que o Governo se conscientize do problema social dos servidores e passe a tratar a matéria em regime de urgência, para que o reajuste dos vencimentos seja aprovado o mais breve possível".

Episódio lamentável, disse o sr. Odir Gomes da Rocha que "o fato de não ter sido confirmada a afirmação do deputado Erondy Silvério de que a Mensagem governamental propondo o aumento do funcionalismo seria encaminhada à Assembleia Legislativa no início desta semana tornou-se um fato lamentável".

A preocupação do Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná de vir a público ratificar a informação que deu no fim da semana passada, segundo ele próprio afirmou, tem por objetivo esclarecer sua responsabilidade sobre a declaração. Ressaltou, que, agora, o próprio deputado Erondy Silvério deve empenhar-se para explicar o não-cumprimento da promessa que fizera à classe.

Sr. Presidente, era apenas a nota que levamos no jornal de hoje e que queríamos trazer ao conhecimento desta Casa, como uma prova de que nem o Chefe do Presidente da Associação e sua entrevista foi verdadeira. Ele naturalmente soube dos acontecimentos aqui, lamentáveis, e procurou voltar ao jornal, não a nosso pedido, porque não procuramos nenhum órgão de imprensa e sabemos que não temos acesso a eles, então procurou, naturalmente, fazer a ratificação dessa nota.

Sr. Presidente, são estas notícias, e sobre o apelo que fazemos ao sr. Secretário da Fazenda pediríamos ainda que estenda aos auxiliares, e estenda também aos funcionários subalternos, esta quota de retribuição de prêmios de produtividade, de acordo com a Lei 6.120, com a Instrução, com o Decreto

n. 20.727, que já temos e também com a Instrução 220-70 e a tabela também publicada pela Secretaria. Esta ratificação que queríamos fazer, certos que desta forma as nossas palavras não tenham sido mal interpretadas e tenham sido confirmadas como o foram e que os srs. podem verificar, — aqueles que aqui estão, — que não trouxemos nenhum “disque-disque”, nem agimos aqui como comadres, mas agimos baseados em informações exatas de um Presidente de uma Associação de Classe que representa quase 70 mil funcionários de todo o Paraná. — Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Sílvio de Barros.

O SR. SÍLVIO BARROS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tendo eu, sr. Presidente, sido vítima de um achincalhe, de uma baixa, de uma indignidade proposta por um dos órgãos que se apresenta na opinião pública como uma extensão desta Casa, venho respeitosamente dirigir à Mesa um requerimento que passarei a ler sem mais delongas, após registrar nos Anais da sessão de hoje que atendi à solicitação do ilustre Secretário desta Assembleia para que não procedesse de forma mais agressiva no que diz respeito ao assunto que me traz, neste instante, à tribuna.

Desejo dizer, sr. Presidente, que dever é ter crédito; proceder-se a uma operação de crédito é provar-se que se precisa de maior recurso para a solução de nossos compromissos.

Assim, pois, ao receber um empréstimo da CABENFALE, entendo que na da mais fazia do que mostrar que estava, na realidade, a necessitar de recursos para liquidar outros compromissos meus. E ao proceder à operação de empréstimo, posso mesmo afirmar que o fiz muito mais para embelesar a minha honrabilidade daquele órgão do que na realidade pela importância que me embelesaram. Desejei liquidar de pronto a dívida, mas, por orientação de terceiros, fora a mesma parcelada. Assim, sr. Presidente, partindo do princípio de que se dever é uma atitude normal e de que conquistar empréstimo nada mais é do que uma prova de crédito, vendo à tribuna para encaminhar este meu requerimento à Mesa.

Qual a razão da diferença entre o tratamento que se dispensa aos Deputados da ARENA e ao Deputado do MDB que este subscorre, no que diz respeito à cobrança de títulos, de vez que nos títulos vencidos e enviados à Cartório, emitidos pelos Deputados da ARENA, verifica-se que a notificação é feita à domicílio e, na realidade, os títulos por mim emitidos a notificação fora feita por edital público, numa tentativa evidente de comprometer a minha dignidade.

2.º) — Quem determinou este procedimento, qual o responsável ou responsáveis diretos pela publicação do edital, tendo em vista que o Deputado tem domicílio e residência nesta Capital, em flagrante desrespeito às normas vigentes; 3.º) — Tendo em vista que a CABENFALE sempre foi subvencionada por esta Casa e que a sua Direção constitui-se de funcionários desta Casa, não se pode admitir alegação de ignorância relativa ao endereço do Deputado emissor do título.

Assim, requeiro à Mesa: quais as medidas a serem tomadas para sanar a falta cometida pela CABENFALE no intuito de cobrar aquela nota promissória.

Sr. Presidente, srs. Deputados, a indecência, a baixa e a indignidade não deve ser, de forma alguma, espírito a presidir qualquer organização pública ou quase pública, como é a CABENFALE. Não posso admitir, cabalmente, que Deputados da ARENA e até o futuro Governador do Estado, que lá tinham as suas responsabilidades, tenham um tratamento diferente do meu; não posso admitir que, residindo no centro da Capital, tenha, aquela Direção, de forma subterrânea, a publicar o meu nome, o meu honrado nome, convocando-me a liquidar um título. Esta é uma fórmula faciosa, pífida e malvada de tentar comprometer minha dignidade. Eu, que empresto o meu nome a este movimento político mais por amor à Pátria, porque sei o quanto prejudica os meus próprios interesses, e empresto o meu nome porque sou um dos poucos que tenho a coragem cívica de dizer que neste Governo a corrupção não é menor que nos Governos passados, e digo tranquilo e claramente, assumindo as consequências e as responsabilidades, não admito, eu, que empresto o meu nome, que tenho coragem de criticar atos cassatórios e de violências, não admito, eu, que empresto a minha colaboração à inclusão, ensinar, nesta Casa, a conversão de dólares em cruzeiros, a mostrar o que é registro, taxa cambial, a defender inclusive operações de crédito pretendidas pelo Governo. Assim, pois, desejo ver sanada, com pena de constituir um advogado e mandar proceder.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nós queremos, neste aparte, emprestar toda solidariedade a V. Exa., em hora reconhecemos de que a CABENFALE, sendo uma sociedade praticamente civil de direito privado, tenha o direito de executar os seus devedores. Apenas, nós não concordamos com a forma como vem procedendo aquela Organização. V. Exa., como Deputado, representante do povo nesta Casa, tem domicílio e endereço conhecido. V. Exa. diz e afirma, e nós acreditamos, que não foi notificado. Não se justifica, portanto, de maneira nenhuma, a atitude insólita dos Diretores daquela Organização, mesmo porque nós sabemos que existem, naquela Organização, dois pesos e duas medidas: um cidadão meu conhecido requereu à Direção da CABENFALE, que fornecesse, por certidão, a relação dos devedores daquela Organização, data do respectivo débito, juros pagos e etc.

A direção daquela organização negou o fornecimento da certidão sob a mais inocente das argumentações, dizendo que era uma organização bancária, que quebraria o sigilo bancário. Mas meu Deus, que organização bancária, se os fundos daquela organização são provenientes dos direitos públicos.

Todos nós sabemos que o que compõe o fundo financeiro da CABENFALE, foram frutos de doação de dinheiro público, votado por todos os srs. Deputados, — e que eles têm que prestar contas daquele dinheiro e devem fornecer certidão de aplicação daquele dinheiro.

Não podemos aceitar de forma nenhuma esta negativa. Sabemos que está se procurando pagar, mas não fornecendo ao peticionário aquela certidão. Por que mistérios? Quem deve tem que pagar, deve ser fornecida a certidão dos negócios da firma, a fim de que qualquer cidadão que pague o seu imposto, que leve o seu dinheiro aos guichês da Secretaria da Fazenda, e que este dinheiro depois, por forma indireta, vai constituir o fundo financeiro de uma organização, mas não deixa de ser dinheiro público, ninguém poderá provar que o capital da Cabenele não é proveniente do dinheiro público. Portanto, estou inteiramente solidário com V. Exa., embora eu reconheça os direitos da Cabenele, de executar os seus devedores. Mas digo isso, sem exceção e nunca usando de dois pesos e duas medidas, como foi o caso de V. Exa.

O SR. SÍLVIO BARROS — Agradeço o valioso aparte do ilustre deputado Erondy Silvério. Desejo somente dizer que sou oriundo das classes empresariais, que sou conhecedor daquilo a que tenho direito e dos meus deveres, não é justificável absolutamente que eu atrevesse ou que venha a atrasar a liquidação do título por 70 dias. Não se justifica o meu atraso, justifica-se, porém, que a Cabenele pretenda receber aquela importância através da execução, ou através da coação pelo protesto, ou ameaça de protesto.

Mas não se justifica, em hipótese alguma, que os títulos emitidos pelos srs. Deputados da ARENA sejam enviados a cartório, e o Deputado seja notificado em sua residência. E ao meu título seja determinado chamamento por edital público. Isso é uma indecência, é uma indignidade, uma tentativa de ferir a minha pessoa, especificamente.

E eu não sairei jamais da vida pública, enquanto puder sustentar de rosto erguido e dizer aquilo que sinto e aquilo que deve ser dito. Não carregarei para minha casa mágoas e nada que não possa aqui ser dito. Devo não somente à Cabenele, devo ao Banco do Brasil, ao Banco do Estado do Paraná, ao Banco Brasileiro de Descontos, Seria portador do cheque “Ouro” do Banco do Brasil e do cartão do Bradesco. Seria até impossível admitir-se que eu não tivesse tempo de preencher um cheque do Banco do Brasil, quando é aquela organização que honra meu cheque, e não eu. Assim, não se justifica que a direção da CABENFALE diga que não conhece o meu endereço. Porque são funcionários desta Assembleia e têm obrigação de conhecer o endereço do Deputado eleito pelo voto do povo. Em última análise, aquele funcionário nada mais é do que o meu funcionário, o nosso funcionário, e não se admite que o meu funcionário ou o nosso funcionário, desconheça o meu endereço ou o nosso endereço.

Assim, sr. Presidente e srs. Deputados, medidas outras deverão ser tomadas como a esse, no atendimento às solicitações que me fez o deputado Gabriel Manoel, de que procedesse com calma neste episódio. Mas a calma não significa que eu deva me submeter a esta atitude baixa que se comete contra mim. Desejo, sr. Presidente, em resposta ao meu requerimento, em tempo hábil, com a devida vênia, subdoro de que V. Exa. me atenderá, saber quais as providências para sanar aquilo que se tentou cometer contra mim.

Não é admissível que eu pretenda deixar esta Casa, deixando aqui homens que pretendem de leve atingir o meu caráter ou a minha formação. Não admito; tenho 25 anos de vida pública completarei agora o jubileu de prata, com Maringá. Posso um cadastro modesto, mas me aposentei para fazer vida pública.

Primeiro, não dependo dos subsídios da Casa. Não possuo vales na Assembleia e inclusive sou credor — nem tenho sequer para sacar a verba de subvenção social tenho eu. Assim, é impossível que se pretenda me atingir desta forma, 60 dias antes do pleito. É impossível que para os Deputados da Arena limite-se o procedimento, na forma da lei, e para mim, fraude-se a lei e a norma vigente, publicando-se o meu nome em jornal, como se eu estivesse longe do Estado, como se não residisse na Capital.

Isto, sr. Presidente, repito, é uma indignidade, uma baixa, própria daqueles que, recalçados em dias, pretendem nos atingir e vêm por todos os meios querer mostrar certas deficiências dos srs. Deputados.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Sílvio de Barros, estamos solidários com V. Exa. A revolta que V. Exa. demonstra está possuído tem justa razão. Veja V. Exa., nobre Deputado, que não se admite que o passado honesto, honrado, de homem de bem, como é o caso de V. Exa., seja conspurcado por uma leveza de alguém que não atenta para a gravidade de uma ocorrência desta natureza.

Tão somente pretendo dizer a V. Exa. que os Deputados da ARENA não tiveram tratamento diferente do dispensado a V. Exa. Deputado Sílvio de Barros, quero prestar o testemunho. Viajei para o Sudoeste paranaense, no último dia 30 do mês passado, como também viajei para a região Centro-Oeste, o deputado Paulo Poli, na mesma data. Quando voltamos a Curitiba, agora, no dia 11, encontramos na nossa caixa de correspondência desta Assembleia o aviso bancário de vencimento de um título de importância tão irrisória, emitido pela CABENFALE, contra nós.

Na mesma caixa, no mesmo dia 11 do corrente mês, encontramos a notificação em Cartório do Segundo Ofício de Protesto desta Capital.

Chamou-nos a atenção o fato de que o título, depois de 8 dias de vencimento tão somente, tenha sido encaminhado a cartório.

Não houve, portanto, quero crer, qualquer tentativa por parte da CABENFALE de proteger os Deputados da ARENA. A notificação fora igual para V. Exa., como o foi para mim e para o deputado Paulo Poli. Revoltamo-nos contra o procedimento dos funcionários que dirigem a Cabenele. Apenas evitamos a publicação em edital, pois estávamos relacionados. Entendemos que esta publicação é maliciosa. V. Exa. tem razão. Mas quero crer que deva se culpar também nobre Deputado, o titular do Cartório do 2.º Ofício, porque à ele cabia o dever de não ofender da maneira como fez com V. Exa., como pretende também me ofender com publicação desta natureza. Fica a minha solidariedade, a solidariedade de quem sentiu a revolta que V. Exa. está sentindo, na oportunidade em que, tanto quanto V. Exa., tenho V. Exa. está sentindo, na oportunidade em que, tanto quanto V. Exa., tenho pago os títulos adiantados. Paguei títulos quatro meses antes do vencimento e, numa das viagens que fiz pela minha região, quando demorei dez dias, e numa das viagens que fiz pela minha região, quando demorei dez dias, soube que um título tinha ido parar na mão do Cartório, numa tentativa baixa de comprometer quem tem sempre se comportado com lisura.

O SR. SÍLVIO BARROS — Muito agradeço a manifestação de solidariedade do deputado Ivo Tomazoni e posso adiantar que não diria desta tribuna nomes de outros Deputados. Este nunca foi meu procedimento e não era necessário que o ilustre Deputado se mostrasse também devedor daquela organização, como outros Deputados que citou os nomes.

Somente me insurjo pelo fato de ter sido convocado por edital, quando tenho endereço na Capital do Estado. Insurjo-me com a diferença de tratamento a que me referi, ao fato de que a notificação a outros Deputados tenha sido feita em termos pessoais, a eles ou à esposa deles. A mim, não. Foi chamado por edital. Ao viajar, deixo em minha casa recursos para sanar e liquidar compromissos de emergência. Tanto é que, ao voltar à Capital o título já tinha sido liquidado, no próprio Banco, por minha esposa. Mas permaneço na indignidade de terem colocado meu nome nos jornais. Não sou dos que aceitam propaganda de qualquer natureza. Não sou dos que pretendem ver o nome em qualquer coluna. Não sou daqueles que estejam aqui a aplaudir atitudes de serventários da Justiça que se prestam para atos desta natureza.

Fica aqui registrada a minha indignação e pode estar certo, deputado Ivo Tomazoni, que a ignorância é perdoada por Deus; a leveza também é perdoada por Deus. Outros defeitos de natureza humana, mas também perdoados por Deus. Mas a indignidade, a má fé, a baixa, Deus não perdona.

Num diálogo que Deus manteve nos tempos em que se apresentava

terra, através da imagem de Jesus Cristo, quando perguntado por um crente como deveria pagar o crime da indignidade, da má fé, Deus disse: apanhe uma ave das mais plumosas, suba a uma das mais altas montanhas, espere um dia de maior vento, depece a ave, jogue as penas ao ar e depois vá procurar pontal-las. Volte, então, a mim, para ter outro diálogo. Está nas próprias palavras divinas, a certeza de que atos desta natureza, baixos, indignos, salta-tos e malandros, não serão por Deus perdoados. Muito menos por mim que sou uma figura muito menos perfeita da que Deus procurou conceber quando criou os homens à sua imagem e semelhança. Sou um de seus mais modestos filhos e não cabe a mim esta atitude magnânima de tentar perdoar os baixos, os indignos, os malandros, os profanos.

Sr. Presidente, antes de deixar a tribuna, deixo encaminhar à Mesa mais um requerimento, vasado nos seguintes termos: (16)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Regimento Interno, requer seja oficiado ao sr. Governador do Estado nos seguintes termos:

Sr. Governador: Em vista das diversas afirmativas de Vossa Excelência, levadas a efeito no interior do Estado comprometendo-se a enviar para a Assembleia Legislativa a Mensagem com o objetivo de propor a isenção do I.C.M. sobre a transferência do gado para engorda, quando pertencentes ao mesmo pecuarista ou quando comprado para engorda nas pastagens paranaenses, venho respeitosamente solicitar de Vossa Excelência quais as medidas que estão sendo tomadas para definir a isenção supra mencionada, bem como, quando pretende Vossa Excelência enviar a Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado.

Nosso pedido de informação, prende-se às reiteradas reclamações dos pecuaristas do Estado do Paraná, que anseiam por esta medida a fim de colocarem-se em igualdade com os pecuaristas dos demais Estados do Centro Sul, colocando-se também em igualdade em termos competitivos.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1970.

(a) **Silvio Barros**.

Este requerimento é, como afirmei, produto das afirmativas do próprio sr. Governador, nas suas viagens ao interior do Estado, e é verdade que os pecuaristas paranaenses estão em situação de desigualdade no que respeita à comparação que se faz com os pecuaristas do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e São Paulo, que não pagam mais o ICM sobre a transferência do gado, até mesmo é utilizada em São Paulo e em Minas-Gerais, uma guia emitida pela própria Fazenda, dando contas da transferência do gado para outras pastagens.

Esta luta, no que diz respeito à isenção deste imposto já é tradicional na Assembleia, e por inúmeras vezes o Deputado, ilustre correligionário Eurico Batista Rosas, veio à tribuna e trouxe mesmo o complexo de Lei que preside a matéria no Rio Grande do Sul, e de longa data outros srs. Deputados, em consonância e em sintonia com o deputado Eurico Batista Rosas, armando também das classes agropecuaristas do Estado, têm aqui se manifestado insistentemente neste sentido, e agora o sr. Governador, sensibilizado pela situação de até mesmo inferioridade dos criadores do Estado do Paraná, em proposto, no interior, sanar esta irregularidade no que diz respeito à arrecadação deste imposto.

Assim, estamos enviando este requerimento, na expectativa e na esperança de que os srs. Deputados do Governo compreendam que ele está plenamente vasado em termos sérios, sinceros e objetivos.

Muito obrigado, sr. Presidente e srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 38 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Arthur de Souza, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Olívio Belich, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 117-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 166-70. — Aprovado.

De acordo com o requerimento de preferência aprovado,

VOTAÇÃO EM 4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 117-70, Mensagem Governamental n. 19-70, dando nova redação ao artigo 10 da lei n. 5.957, de 20 de junho de 1.969. — Parecer favorável da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Com EMENDAS.

O SR. OLAVO FERREIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o requerimento. O sr. 1.º Secretário procederá a chamada.

(É feita a chamada)

Responderam à chamada 22 srs. Deputados. Há quorum para o prosseguimento da sessão.

VOTAÇÃO EM 4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 117-70. Sobre o projeto há um requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, do seguinte teor (Lê):

"Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a retirada das emendas de folhas 8, 9, 11, 12 e 13 apostas ao Projeto de Lei n. 117-70, a fim de que as mesmas sejam convertidas em Projeto de Lei à parte.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.970.

a) **Arnaldo Busato**

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — Aprovado. Em votação a emenda de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel ao Projeto de Lei n. 117-70. — Aprovada.

Em votação o projeto. — Aprovado.

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 166-70, de autoria do dep. Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo a criar a Federação das Escolas Superiores de Cascavel. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Passaremos à apreciação dos demais Projetos de Lei constantes da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 121-70, autorizando o Poder Executivo a criar um Curso Ginasial, no Distrito de Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 121-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Distrito de Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré, um Curso Ginasial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Parágrafo Único: — O Curso referido neste artigo funcionará, a título precário, no prédio do Colégio Divina Pastora, de propriedade da Mitra Arquidiocesana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de Setembro de 1.970.

aa) **IVO TOMAZONI** — Presidente
ROBERTO GALVANI — Relator
AGNALDO PEREIRA LIMA

VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 43-69, autorizando o Poder Executivo firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.), com as Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Amoreira, para construção de ponte sobre o Rio Congonhas, ligando os dois Municípios. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 43-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com as Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Amoreira, destinados à construção de uma ponte sobre o rio Congonhas, ligando os dois Municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de Julho de 1.970.

aa) **IVO TOMAZONI** — Presidente
ROBERTO GALVANI — Relator
OLIVIR GABARDO

VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 208-69, autorizando o Poder Executivo firmar convênio, através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para construção de uma ponte sobre o Rio Andara em estrada que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 208-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andara, na estrada que liga a sede do referido Município ao Distrito de Boa Vista de Aparecida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de Julho de 1.970.

aa) **IVO TOMAZONI** — Presidente
ROBERTO GALVANI — Relator
OLIVIR GABARDO

Votação em 3ª. Discussão — do Projeto de Lei n. 80-70, de autoria do dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação das Igrejas Cristãs em Decisão", com sede em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Votação em 3ª. Discussão — do Projeto de Lei n. 258-69, de autoria do dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Professor Sátulas do Amaral Camargo", um dos estabelecimentos Educacionais do Estado. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Votação em 2ª. Discussão — do Projeto de Lei n. 68-70, de autoria do dep. Seme Scaff, que cria na sede do Município de Califórnia uma Escola Técnica de Comércio. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — com Substitutivo Geral. — Rejeitado o substitutivo. Aprovado o projeto artigo por artigo.

Votação em 2ª. Discussão — do Projeto de Lei n. 17-70, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dois Vinhos, o Trator de propriedade da D.A.T.M. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

Votação em 2ª. Discussão — do Projeto de Lei n. 51-70, de autoria do dep. Wilson Fortes, que cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede em Loanda, abrangendo os Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.F. — com Substitutivo Geral. — Aprovado artigo por artigo, pelo substitutivo.

Votação em 1ª. Discussão — do Projeto de Lei n. 134-70, de autoria do dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a "Associação das Damas de Caridade de Londrina". — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 134-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública, a Associação das Damas de Caridade de Londrina, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de julho de 1970.

a) Olavo Ferreira

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 134-70

Trata-se de plano de lei objetivando a declarar de utilidade pública, o qual está plenamente instruído.

Por outra parte, vem articulado e justificado, nos termos determinados pelo Regimento Interno.

Verifica-se, também, tratar-se de simples autorização legislativa. Referredo projeto, pela sua própria natureza, é daqueles que não fere qualquer dispositivo, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

Em face das razões expendidas, somos pela sua aprovação.

S.M.J. é o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1970

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Arnaldo Busato — Relator

Paulo Poli

Votação em la. Discussão — do Projeto de Lei n. 21-70, de autoria do dep. Leopoldo Jacomet, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.), para conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de São Mateus do Sul ao de Rebouças. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 21-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Artigo 1.º — Fica transferida para o Departamento de Estrada de Rodagem, da Secretaria de Transportes, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de Rebouças.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de fevereiro de 1970

a) Leopoldo Jacomet

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 21-70

O referido projeto de lei, de autoria do nobre deputado Leopoldo Jacomet, é legal e constitucional, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1970

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Luiz Renato Malucelli — Relator

Alencar Furtado

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 21-70

Visa o nobre deputado Autor do presente plano de lei, transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de São Mateus do Sul ao município de Rebouças.

Conforme justificativa que acompanha o projeto de lei, esta estrada é de vital importância para o escoamento das safras de cereais e herva mate, em demarça da nossa Capital e ao Porto de Parangá.

Como o plano não fere qualquer dispositivo de ordem financeira, somos pela sua aprovação.

É o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1970

aa) Roberto Galvani — Presidente

João Mansur — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei n. 21-70

I — Preterido o nobre deputado Leopoldo Jacomet, com este plano, de lei, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que liga o município de São Mateus do Sul ao de Rebouças.

II — O projeto, pelas razões constantes da sua justificativa, merece acolhida nesta Comissão, e o nosso parecer, em consequência, é favorável.

Sala das Comissões, em...

aa) Agnaldo Pereira Lima — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

Eurico Batista Rosas

Votação em la. Discussão — do Projeto de Lei n. 119-70, de autoria do dep. Olívio Gabardo, que cria os Jogos Olímpicos Brasileiros, a partir de 1.971, destinada a promover o encontro de todas as Modalidades Esportivas. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 119-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam criados os Jogos Olímpicos Brasileiros, destinados a promover o encontro de todas as modalidades esportivas existentes no País, oficialmente a partir de 1.971.

Art. 2.º — Os Jogos Olímpicos Brasileiros serão efetuados quadriennialmente no Estado do Paraná, sob os auspícios do Governo Estadual.

Art. 3.º — Dos Jogos Olímpicos Brasileiros participarão todos os Estados da Federação e seus Territórios.

Art. 4.º — O Governo do Estado, através de seu órgão competente, promoverá a regulamentação dessa Lei, no prazo máximo de 120 dias, a partir de sua aprovação, através de uma Comissão especial integrada por 5 (cinco) membros, dos quais dois pertencerão ao Poder Legislativo.

Art. 5.º — As despesas decorrentes com a realização dos Jogos Olímpicos Brasileiros, correrão por conta de dotação especial que o Governo Estadual incluírá na Lei de Meios de 1.971.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1970

a) João Olívio Gabardo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 119-70

O Projeto é oportuno, propulsor do programa desportivo é Constitucional.

Sala das Comissões, em 7 de julho de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Alencar Furtado — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 119-70

Objetiva o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Olívio Gabardo criar no Paraná, os Jogos Olímpicos Brasileiros, destinados a promover o encontro de todas as modalidades esportivas, a partir de 1.971.

A proposição vem articulada e justificada, de acordo com o que determina o Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970.

aa) Roberto Galvani — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ivo Tomazoni — Antônio Lopes Júnior — Sílvia Barros

Votação em la. Discussão — do Projeto de Lei n. 1-70, de autoria do dep. Fuad Nacli, que cria uma Circunscrição de Trânsito no Município de Colôeré, com jurisdição nos Municípios de Moreira Sales, Janiópolis e Mariluz. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 1-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito do Município de Colôeré, com jurisdição nos Municípios de Moreira Sales, Janiópolis e Mariluz.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 1970.

a) Fuad Nacli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 1-70

A iniciativa vem articulado e devidamente justificada, nos termos expressos do Regimento Interno.

A mesma iniciativa, por sua própria natureza, não fere nenhum preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

Roberto Galvani — Paulo Poli — Alencar Furtado — Luiz Renato Malucelli

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 117-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao ten. cel. Luiz Barbosa Wolf, pela sua investidura no cargo de presidente do GETSOP. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao povo paranaense, pelo sr. Leopoldo Richter. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Olavo Ferreira, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário de Fazenda. Em discussão.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento de autoria do sr. deputado Olavo Ferreira, para a próxima sessão, de acordo com o Regimento Interno, artigo 153.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rogério Wypych, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Lud" (O Povo), o maior jornal polonês da América Latina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Sílvia Barros, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. presidente da C.A.B.E.N.F.A.L.E. — A Mesa; encaminha o referido requerimento à consideração da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sílvia Barros, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado. Em discussão.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do referido requerimento para o final da Ordem de Dia da próxima sessão, conforme o Regimento Interno, em seu artigo 153.

Requerimento de autoria do sr. deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 183-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 173-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado ao sr. Governador do Estado, pedido de informações. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 22 à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei ns: 117-70, 171-69, 245-69;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 68-70, 17-70, 51-70;

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 124-70, 21-70, 119-70, 1-70, 166-70;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 141-70, 11-70.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 130.ª Sessão Extraordinária Realizada em 17 de Setembro de 1970

(Quinta-Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Roberto Wypych.

As 11,50 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olivio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fapiano Braga Côtes, Fuad Nacli, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (38).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 657-67, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 44-66 de autoria do dep. João de Mattos Leão, que através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, abre crédito de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros novos), para auxiliar construção do prédio da Prefeitura Municipal de Pitanga. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

— Encerrada a discussão. Em votação. Mantido o veto. — Rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima (terça-feira), dia 22, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 4-68.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.ª LEGISLATURA

ATA N. 14-70

As dezesseis horas do dia vinte e quatro de agosto de um mil novecentos e setenta, na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Paulo Poli, e secretariada pelo senhor José Tavares Canto Filho, e com a presença dos senhores deputados Roberto Galvani, Agnaldo Pereira Lima e Olivir Gabardo, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas Aberta a sessão, foi lida e aprovada a Ata da sessão anterior. Não havendo matéria para o expediente, passou-se à Ordem do Dia da qual constaram os seguintes processos: Cont n. 5780-70, da Cruzada Nacional de Evangelização — Departamento de Assistência Social da Primeira Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do deputado Igo Iwant Losso. Cont n. 5548-70, da Cruzada Nacional de Evangelização — Departamento de Assistência Social da Décima Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do deputado Igo Iwant Losso. Cont n. 5671-70, da Cruzada Nacional de Evangelização — Segunda Igreja do Evangelho Quadrangular de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do deputado David Federmann. Cont n. 5784-70, do Lar Infantil Marília Barbosa, da cidade de Cambé, no valor de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Olivir Gabardo. Cont n. 5781-70, da Prefeitura Municipal de Nova Aurora, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), recebidos do deputado Fuad Nacli. Cont n. 5644-70, do Templo Missionário Luz dos Santuários — filial de Guaratuba, no valor de Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Emílio Carrazzi. Cont n. 5192-70, da Igreja Batista de Piratuba do Sul, no valor de Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do deputado Túlio Vargas. Cont n. 5672-70, da Associação das Senhoras de Caridade São Vicente de Paulo da cidade de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do deputado David Federmann. Cont n. 5607-70, da Paróquia Menino Jesus da cidade de Porto Amazonas, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Cont n. 5608-70, do Colégio Comercial de Rebouças, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Cont n. 5439-70, da Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), recebidos do deputado Emílio Carrazzi. Cont n. 5372-70, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância Pureza Ribas, da cidade de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas. Cont n. 5221-70, do Centro de Tradições Gaúchas "São Luiz do Porunã", no valor de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), recebidos do deputado Luiz Cruz. Cont n. 5272-70, do Colégio Nossa Senhora do Carmo, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado José Alencar Furtado. Cont n. 5332-70, do Guarani Esporte Clube, da cidade de Marechal Cândido Rondon, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), recebidos do deputado Roberto Wypych. Cont n. 5365-70, do Colégio São José, da cidade de Rio Negro, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Cont n. 5409-70, do Colégio Bem-Me-Quer, desta Capital, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Roberto Galvani. Cont n. 5440-70, da União Espírita Jesus Nazareno, da cidade de Santo Antônio da Platina, no valor de Cr\$ 2.100,54 (dois mil e cem cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), recebidos do deputado Emílio Carrazzi. Cont n. 5454-70, da Prefeitura

Municipal de Corbélia, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos do deputado Fuad Nacli. Cont n. 5225-70, do Albergue Santa Luiza de Marilac da cidade de Maringá, no valor de Cr\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta cruzeiros), recebidos dos deputados Fuad Nacli, Jorge Sato e Silvio Barros. Relator deputado Agnaldo Pereira Lima. Parecer favorável APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a sessão, da qual eu, José Tavares Canto Filho, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será por mim, pelo senhor Presidente e pelos demais membros assinada, para que produza os efeitos da Lei.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1970

aa) PAULO POLI — Presidente

JOSÉ TAVARES CANTO FILHO — Secretário

ROBERTO GALVANI

OLIVIR GABARDO

AGNALDO PEREIRA LIMA

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.ª LEGISLATURA

ATA N. 15-70

As quinze horas do dia dois de setembro de um mil novecentos e setenta, na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Paulo Poli, e secretariada pelo senhor Agilides de Oliveira Martins, e com a presença dos senhores deputados Roberto Galvani, Agnaldo Pereira Lima e Olivir Gabardo, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a Ata da sessão anterior. Não havendo matéria para o expediente, passou-se à Ordem do Dia da qual constou a seguinte matéria: Cont n. 5906-70, da Liga Desportiva Norte Paranaense, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), recebidos do deputado Jorge Sato. Cont n. 5819-70, do Clube das Mães de Jacarézinho, no valor de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Haroldo Bianchi. Contas ns. 5825, 5824 e 5826-70 do Patronato Santo Antonio, com sede em São José dos Pinhais, no valor de Cr\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos cruzeiros), recebidos dos deputados Ernesto Moro e Francisco Escorsin. Cont n. 5859-70, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Matinhos, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Cont n. 5901-70, da Sociedade Operária Beneficente de Umuarã, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Fabiano Braga Côtes. Cont n. 5067-70 da Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos do deputado Roberto Galvani. Cont n. 6199-70, do Asilo São Vicente de Paulo de Telmaco Borba, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas. Cont n. 6200-70, do Grupo Esportivo Anhanguera de Telmaco Borba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas. Cont n. 6202-70, da Casa do Estudante de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas. Cont n. 6201-70, do Serviço Médico Betel de Carambei, no valor de Cr\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas. Cont n. 6153-70, da Escola de Artes e Ofícios da Paróquia de Santo Antonio de Pádua, com sede em Araçongas, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior. Cont n. 6141-70, da Sociedade São Vicente de Paulo de Mandaguacu, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Túlio Vargas. Cont n. 6156-70, do Departamento de Assistência Social da Primeira Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Igo Iwant Losso. Contas ns. 6115, 6117 e 6118-70, da Escola de Aplicação de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta cruzeiros), recebidos dos deputados David Federmann, Seme Scaff e Amadeu Puppi. Cont n. 6019-70, da Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Ipiranga, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Amadeu Puppi e Cont n. 5966-70, do Instituto Salesiano de Assistência Social ISAS, desta Capital, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Emílio Carrazzi. Relator deputado Roberto Galvani. Parecer favorável APROVADO. Cont n. 6198-70, da Associação das Damas de Caridade de Telmaco Borba, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas. Cont n. 6203-70, da Associação Recreativa Homens do Trabalho, com sede em Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas. Cont n. 6197-70, da Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas. Cont n. 6210-70, da Legião da Boa Vontade, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas. Cont n. 6258-70, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Jaguapitã, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do deputado Fuad Nacli e Cont n. 6257-70, do Educandário Divina Providência de Jaguapitã, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do deputado Fuad Nacli. Relator deputado Agnaldo Pereira Lima. Parecer favorável APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a sessão, da qual eu Agilides de Oliveira Martins, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será por mim, pelo senhor Presidente e pelos demais membros assinada, para que produza os efeitos da Lei.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1970.

aa) PAULO POLI — Presidente

AGILIDES DE OLIVEIRA MARTINS — Secretário "ad-hoc"

ROBERTO GALVANI

OLIVIR GABARDO

AGNALDO PEREIRA LIMA

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ATA DA 1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.ª LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de SETEMBRO de um mil novecentos e setenta, com a presença dos senhores deputados Ovidio Franzoni, Paulo Camargo e Eurico Batista Rosas, reuniu-se extraordinariamente na sala de reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública verificando a existência de número legal, o senhor Presidente iniciou a sessão, colocando em votação a ATA da sessão anterior, que foi posteriormente aprovada sem alterações, e como nada constasse da Hora do Expediente, imediatamente passou-se à Ordem do Dia, constando da mesma o Projeto de Lei n. 271-69, de autoria do deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo doar, por intermédio da Secretaria de Saúde Pública, a ambulância que especifica. Relator deputado Paulo Camargo. Parecer pela aprovação. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Lóris Cordeiro de Barros, secretário, lavrei a presente ATA que lida e achada conforme é por mim e pelo senhor Presidente assinada para que produza os efeitos de Lei.

aa) OVIDIO FRANZONI — Presidente

LÓRIS CORDEIRO DE BARROS — Secretário